

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-039-8
DOI 10.22533/at.ed.398210405

1. Marketing. 2. Sociedade. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Estudos Organizacionais: Sociedade e Marketing e Cadeias Produtivas” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e dois capítulos que abordam diferentes temas no âmbito dos estudos organizacionais.

O debate acadêmico sobre sociedade e marketing, cadeias produtivas e demais fenômenos organizacionais contribui para o avanço e consolidação da ciência da administração, ampliando o conhecimento científico nessa área. Do ponto de vista gerencial, esse debate pode servir de arcabouço para o delineamento de estratégias de gestão e para o processo de tomada de decisões, além de proporcionar aos diversos *stakeholders* uma ampla visão sobre a dinâmica organizacional.

Nesse contexto, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta e diversificada, que explora os fenômenos organizacionais em sua complexidade por meio de uma coletânea de estudos desenvolvidos em diversos contextos de pesquisa. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito dos estudos organizacionais. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENTRE O PODER E O VESTIR: A RELAÇÃO ENTRE EMPODERAMENTO E CONSUMO DE <i>SLOW FASHION</i>	
Érica Maria Calíope Sobreira	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Cláudia Buhamra Abreu Romero	
DOI 10.22533/at.ed.3982104051	
CAPÍTULO 2	16
A METÁFORA CONTEXTUAL VISUAL COMO RECURSO SEMIÓTICO DA MARCA NA PROJEÇÃO DE VALORES	
Carmina Silvestre	
Gorete Marques	
DOI 10.22533/at.ed.3982104052	
CAPÍTULO 3	30
INSPIRE: METODOLOGIA PARA GESTÃO DE MARCAS A PARTIR DO SEU DNA CORPORATIVO	
Gustavo Hansel	
Jaime Andres Gomez Quezada	
DOI 10.22533/at.ed.3982104053	
CAPÍTULO 4	44
A INVISIBILIDADE DO NEGRO (A) NA MÍDIA E PROPAGANDA BRASILEIRA	
Salvador de Souza Freitas	
Valéria de Fátima Ribeiro Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.3982104054	
CAPÍTULO 5	56
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING PARA UM CONTADOR	
Livia Monteiro de Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.3982104055	
CAPÍTULO 6	74
CONSIDERAÇÕES DE MARKETING E FINANÇAS SOBRE O CICLO DE VIDA DO PRODUTO (CVP)	
Edmir Kuazaqui	
Luis Antonio Volpato	
José Palandi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3982104056	
CAPÍTULO 7	86
ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE PESSOAS NA DISSEMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA - EBTs	
Antonio Geraldo Ferreira da Silva Filho	

Alba Zucco

DOI 10.22533/at.ed.3982104057

CAPÍTULO 8..... 102

LIDERANÇA DO GESTOR NO MONITORAMENTO DO FATURAMENTO NOS SETORES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PROPOSTA DE UM ROTEIRO PARA AUXILIAR O GESTOR

Chennyfer Dobbins Abi Rached

Denise Mathias

DOI 10.22533/at.ed.3982104058

CAPÍTULO 9..... 115

O RETORNO DO INVESTIMENTO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO COM FOCO NO CAPITAL HUMANO

Marta Silva Neves

Mônica Pagno da Silva da Rosa

Patrícia de Sá Freire

DOI 10.22533/at.ed.3982104059

CAPÍTULO 10..... 128

CAPITAL DE GIRO E DESEMPENHO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UM TERMINAL PORTUÁRIO PRIVADO

Rodrigo Munhoz dos Santos

Fernando Rafael Cunha

DOI 10.22533/at.ed.39821040510

CAPÍTULO 11..... 149

PERFIL DA EMPREENDEDORA DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM OLHAR A PARTIR DA REALIDADE DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Yasmin Portugal Makhoul

Jader Cristino de Souza-Silva

Neylla Carolina Pamponet de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39821040511

CAPÍTULO 12..... 176

PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DA UNIOESTE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PARA CAPACITAÇÃO DE EMPREENDEDORES

José Angelo Nicacio

Liliane Dalbello

DOI 10.22533/at.ed.39821040512

CAPÍTULO 13..... 186

AVALIAÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM – EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO DE 2013 A 2019, EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Adna Maria Rodrigues

Maria Auxiliadora de Araújo Santana

DOI 10.22533/at.ed.39821040513

CAPÍTULO 14.....	198
DE ENGENHEIRO A PROFESSOR DE ENGENHARIA: DAS HABILIDADES PROFISSIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM ENSINO PARA A APRENDIZAGEM	
Lucília Panisset Travassos Francisco Antônio Pereira Fialho Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.39821040514	
CAPÍTULO 15.....	210
BUROCRACIA E QUALIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
Ulisses Medeiros Barbosa Leite Joaquim Monteiro Reis Pacheco Elton Gonçalves Veras Italo Simplicio de Freitas Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.39821040515	
CAPÍTULO 16.....	225
DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PARADIGMAS BUROCRÁTICOS	
Lara Farah e Lucciola Bruno Domenegueti Barreira	
DOI 10.22533/at.ed.39821040516	
CAPÍTULO 17.....	240
EFICIÊNCIA NO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA CELERIDADE	
Milton Proença Junior Sibéli de Fátima Ferraz Simão Proença Rogério Allon Duenhas	
DOI 10.22533/at.ed.39821040517	
CAPÍTULO 18.....	253
PANORAMA GERAL DA REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS	
Elaine Aparecida Teixeira Letícia Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39821040518	
CAPÍTULO 19.....	265
O MODELO <i>RES QUALITAS</i> DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO NA JUSTIÇA ELEITORAL QUE INCORPORA A GESTÃO DA QUALIDADE, A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: ESTUDO DE CASO	
Luciano Gonzaga Vanderley	
DOI 10.22533/at.ed.39821040519	

CAPÍTULO 20.....	280
O CAMPO DE ESTUDO SOBRE CLUSTERS NO BRASIL	
Matheus de Mello Barcellos	
Paulo Cassanego Junior	
DOI 10.22533/at.ed.39821040520	
CAPÍTULO 21.....	293
AS ESTATÍSTICAS DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E SUA RELEVÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	
Hillary Mariane Lapas Fujihara	
Karine Daniele Byhain de Souza	
Ronaldo José Seramim	
Elza Hofer	
DOI 10.22533/at.ed.39821040521	
CAPÍTULO 22.....	309
A INFLUÊNCIA DO FUNCIONAMENTO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARÁ	
Victor Cesar da Silva Oliveira	
Lucas Viana Vieira da Silva	
Luana Vanessa da Silva Chaves	
Milena Carvalho dos Santos	
André Luis Sousa da Costa	
Lucas Henrique da Silva e Silva	
Jessica Sueli Pereira da Silva	
João Lucas Sauma Alvares	
Patricia Ferreira Muribeca	
Leticia Maria Viana Negrão	
Murilo Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39821040522	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

EFICIÊNCIA NO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA CELERIDADE

Data de aceite: 28/04/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Milton Proença Junior

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0400085003074322>

Sibéli de Fátima Ferraz Simão Proença

Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0335416776924762>

Rogério Allon Duenhas

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3801711252187891>

RESUMO: O objetivo da pesquisa é identificar fatores preponderantes para a celeridade de processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. A pesquisa foi realizada em duas etapas: primeiro se investigou os prazos para a realização dos Pregões Eletrônicos no ano de 2018; a segunda etapa identificou os principais entraves à celeridade dos processos sob a perspectiva dos profissionais envolvidos. Os resultados indicam que as licitações na modalidade Pregão Eletrônico têm apresentado tempo médio de 165 dias entre o início da instrução do processo de compra e homologação. Os principais obstáculos à celeridade indicados foram falha na instrução dos processos, carência de pessoal qualificado e morosidade

na manifestação jurídica. O estudo, inédito na instituição pesquisada, apresenta resultados que servem de subsídio para procedimentos de melhorias organizacionais, contribuindo para o desenvolvimento da eficiência na Administração Pública.

PALAVRAS - CHAVE: eficiência; celeridade; pregão eletrônico.

EFFICIENCY IN ELECTRONIC AUCTION: A STUDY FROM THE PERSPECTIVE OF CELERITY

ABSTRACT: The objective of the research is to identify major factors for the celerity of bidding processes in the Electronic Auction mode within the scope of the Paraná State Department of Health. The research was carried out in two stages: first, the deadlines for conducting the Electronic Auction in 2018 were investigated; the second stage identified the main obstacles to the celerity of the processes from the perspective of the professionals involved. The results indicate that bids in the Electronic Auction mode have presented an average time of 165 days between the beginning of the instruction of the purchase and approval process. The main obstacles to celerity indicated were the failure to process the cases, the lack of qualified personnel and the delay in the legal manifestation. The study, unprecedented in the researched institution, presents results that serve as support for organizational improvement procedures, contributing to the development of efficiency in Public Administration.

KEYWORDS: efficiency; celerity; electronic auction.

1 | INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 vinculou legalmente a eficiência, dispondo-a como princípio da Constituição Federal, à Administração Pública. Com o objetivo de melhorar os resultados na prestação dos serviços aos cidadãos, foi um marco legal da reforma do modelo de administração pública adotada no país, do antes burocrático para gerencial.

O princípio da eficiência dita à Administração Pública que, sem prejuízo a legalidade dos atos, sejam realizadas as atribuições com rapidez, perfeição e rendimento. Na realização da função administrativa, já não basta mais o desempenho dentro da legalidade, exigem-se resultados positivos para o serviço público e atendimento satisfatório à comunidade (MEIRELLES, 2010).

Para que a população obtenha serviços públicos apropriados, a qualidade da gestão dos gastos públicos é imprescindível, tendo, entre outros objetivos, que realizar o aperfeiçoamento das contratações públicas. Nelas, a eficiência depende da superação de problemas relativos à demora nos processos de aquisição, nos altos custos, nas perdas e faltas no estoque, na aquisição de produtos inadequados (VAZ e LOTTA, 2011).

A instituição do pregão como uma nova modalidade de licitação foi uma das mais relevantes ações desde a criação da Lei nº 8.666/1993, na busca da eficiência dos processos de compra pública. Criado a partir da Lei nº 10.520/2002, é voltado para a aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (BRASIL, 2002).

O pregão apresenta características próprias, inovadores em relação às modalidades tradicionais de licitação. Essas características visam maior agilidade ao processo do pregão, implicando na redução de formalismo burocrático nas aquisições: a. Inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas; b. Figura do pregoeiro e equipe de apoio, em substituição à comissão de licitação; c. Possibilidade de reformulação das propostas pelos licitantes, após a abertura dos envelopes, com a disputa pelo melhor valor através de lances (leilão inverso); d. Apresentação de recursos administrativos apenas ao final do procedimento; e. Peculiaridade quanto à homologação e à adjudicação (BRASIL, 2002).

O pregão ainda apresenta duas facetas quanto a forma de realização, podendo ser realizado de modo presencial ou eletrônico. Na forma presencial, os interessados devem comparecer na hora e local que ocorrerá a Sessão Pública, definidos no edital de licitação (BRASIL, 2000; PARANÁ, 2007). Na forma eletrônica, são utilizados recursos de tecnologia da informação para sua execução, permitindo aos licitantes reduzir o valor da proposta por meio de lances sucessivos em sessão virtual (BRASIL, 2005; PARANÁ, 2007).

Ainda assim, apesar das inovações ao procedimento, este ainda é abrangido por duas fases como as demais modalidades de licitação, a fase interna e a fase externa. A

fase externa se inicia a partir da publicação do edital, com um prazo mínimo de 08 dias úteis entre a publicação e abertura das propostas (BRASIL, 2000; PARANÁ, 2007). É na fase externa que se concentram as principais inovações, que possibilitam maior flexibilidade ao processo de aquisição.

No entanto, os atos que integram a fase interna do pregão não se diferem muito das modalidades tradicionais abrangidas pela Lei nº 8.666/1993. Para esta fase, também conhecida como fase preparatória, talvez a principal inovação se limite ao conceito de Termo de Referência – TR, documento que é anexado ao edital e contém as principais informações para o licitante. O Decreto nº 3.555/2000, em seu art. 8º, indica regras de observação obrigatória para a fase preparatória no âmbito federal. Especificamente ao Estado do Paraná, as principais informações e/ou documentos obrigatórios que devem compor a fase interna estão dispostos na Lei 15.608/2007 e no Decreto Estadual nº 4.993/2016: a. Justificativa da contratação; b. Termo de referência; c. Planilhas de custo, quando for o caso; d. Orçamentos detalhados; e. Estimativa de impacto orçamentário; f. Previsão de recursos orçamentários com a indicação das respectivas rubricas; g. Declaração do ordenador de despesa de que o valor estimado do objeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; h. Justificativa dos índices de qualificação econômico-financeira; i. Minuta de edital e do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso; j. Manifestação jurídica; k. Designação do pregoeiro e equipe de apoio; l. Autorização de abertura da licitação (PARANÁ, 2007; 2016).

Ao que se mostra, mesmo diante das invocações propostas pela Lei nº 10.520/2002, os procedimentos para aquisições públicas ainda estão diante de grande emaranhado legal, com dezenas de leis específicas e decretos regulamentadores. Não complexo o suficiente, as aquisições estão diretamente relacionadas às questões e legislações orçamentárias e financeiras, regulamentos específicos de agências reguladores, logísticas, de planejamento e execução de políticas públicas, etc.

Diante da complexidade para a execução de compras públicas frente ao nosso ordenamento jurídico, não desconsideradas as limitações operacionais da Administração, os gestores devem buscar soluções para os *gaps* presentes nos processos de aquisição. Nessa perspectiva, essa pesquisa pretende, ainda que não exaustivamente, contribuir para a melhoria da eficiência na Administração Pública. Através da investigação em Pregões Eletrônicos – PE's, os pesquisadores pretendem identificar fatores preponderantes para a falta de celeridade de processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve foco os processos de licitação da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, órgão da administração direta que tem como missão “Formular e desenvolver a

Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o SUS no Paraná. Exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade”. E como visão de futuro “Ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e a sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense” (PARANÁ, 2016).

A pesquisa pode ser caracterizada como aplicada, exploratória e descritiva, já que pretende descrever as características de um fenômeno determinado, possibilitando estabelecer relações entre variáveis (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2007), tornando explícito de modo a possibilitar a construção de hipóteses ou soluções (RICHARDSON, 1999; GIL, 2007). Como abordagem, segue o modelo quantitativo, pois fornece informações numéricas para descrever as causas de um fenômeno (FONSECA, 2002). Como procedimentos, se caracteriza como bibliográfica, documental e de estudo de caso.

A coleta de dados foi efetuada em duas etapas: primeiro processou-se levantamento e identificação de todos os pregões eletrônicos publicados pela instituição no ano de 2018. Destes, foram excluídos os processos que resultaram “desertos”, “anulados” ou “revogados” ou que não foram homologados até 14 de fevereiro de 2019, data a qual foi realizado o levantamento da amostra. Para os processos selecionados, com o uso do Sistema de Protocolo Integrado – e-Protocolo, foram detalhados os prazos da abertura do caderno de instrução de licitação até a homologação. A Tabela 01 detalha o procedimento de delimitação da amostra.

Publicados	232
Desertos	06
Fracassados	09
Anulados	01
Revogados	06
Não conclusos	49
Total	161

Tabela 01 – Pregões eletrônicos 2018

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A segunda etapa objetivou identificar as principais causas que acarretam demora e atrasos ao bom andamento dos processos licitatórios, sob a percepção dos colaboradores que atuam em alguma etapa da instrução dos processos de compra. Foi elaborado e encaminhado questionário semiestruturado a 30 colaboradores distribuídos em diversas unidades administrativas da instituição, e que atuam diretamente em alguma fase do

processo de licitação. Destes, 18 responderam à pesquisa.

O questionário foi elaborado e aplicado com o uso da ferramenta *Google Forms®*, que pela disponibilidade via internet, possibilita a captação de uma amostra de maior abrangência em menor tempo e dispêndio financeiro. Foram elaboradas três perguntas, sendo duas referentes à fase interna, e uma referente à fase externa, exclusiva a pregoeiros. Utilizando-se de formatação Likert (Quadro 01) em duas das respostas, buscou-se o nível de concordância dos respondentes. As respostas que indicam a atitude favorável recebem pontuação alta e as que representam atitude desfavorável ou menos favorável, recebem a pontuação baixa (GIL, 2008).

Nenhuma importância	Pouca importância	Média importância	Grande importância	Extrema importância
0	1	2	3	4

Quadro 01 – Escala Likert

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Avaliação dos prazos

A definição da amostra resultou em 161 processos licitatórios sob a modalidade Pregão Eletrônico. As fases do pregão foram delineadas conforme legislação de licitação, definidas em fase interna e fase externa. Para realizar mapeamento dos prazos, a fase interna foi dividida em 02 (duas) subfases – 1.1 Instrução do caderno; 1.2 Elaboração e análise de minuta. Na fase externa (2.1 Externa) foi considerada como término, para fins deste estudo, a data de homologação do certame.

Fase	Subfase	Ação realizada
1. Interna	1.1 Instrução do caderno	Entre a data de criação do protocolo e entrada na Comissão Permanente de Licitação - instrução do caderno de licitação, realização de Indicação Orçamentária, anuência da Autoridade Competente.
	1.2 Elaboração e análise de minuta	Entre a data de entrada do protocolo na Comissão Permanente de Licitação e publicação de edital - elaboração de minuta de edital, análise e manifestação jurídica, adequações à instrução do caderno pela Unidade Administrativa demandante, elaboração do edital e publicação

2. Externa	2.1 Externa	Entre a data de publicação da licitação e homologação - abertura e julgamento de propostas, adjudicação e homologação
------------	-------------	---

Quadro 02 – Fases e subfases do Pregão Eletrônicos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As licitações selecionadas foram estratificadas em 4 (quatro) grupos, de acordo com as características dos objetos licitados, de modo a permitir aferir se o bem licitado apresenta relação como tempo de execução do processo.

Grupo	Objeto
G.1 Bens Permanentes	Aqueles que, em razão de seu uso corrente, não perdem a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Composto por equipamentos hospitalares, laboratoriais, de tecnologia e informática, etc.
G.2 Bens Consumíveis	Aqueles que, em razão de seu uso corrente, perdem normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos. Composto por materiais de uso hospitalar, ambulatorial, laboratorial, alimentos, etc.
G.3 Medicamentos	Medicamentos diversos, de aquisição administrativa ou judicial.
G.4 Prestação de serviços	Execução de um trabalho contratado por terceiros. Composto por serviços gráficos, hospedagem, transporte, organização de eventos, etc.

Quadro 03 – Grupos de objetos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Definidas as subfases preponderantes à pesquisa e estratificados os grupos de objetos, foram identificados os prazos desde a criação do protocolo até a homologação pela autoridade competente. Foram contados os prazos corridos, ou seja, considerando finais de semana, feriados e recessos.

Grupo	Número de preções	Número máximo*	Número mínimo*	Fase 1.1**	Fase 1.2**	Fase 2.1**	Média Total	Mediana	Desvio padrão
G.1 Bens Permanentes	46	587	55	85,4	64,6	50,7	200,6	173,0	127,0
G.2 Bens consumíveis	36	448	37	45,9	86,0	39,2	171,1	140,5	92,6

G.3 Medicamentos	29	106	50	15,6	8,7	55,7	80,0	80,0	16,9
G.4 Prestação de serviços	50	570	57	48,2	90,5	37,3	176,0	140,0	114,0
Total***	161	587	37	52,4	67,3	44,9	164,6	127,0	110,3

* Data entre abertura do protocolo e homologação

** Indica prazo médio

*** Considera média ponderada

Tabela 02 – Prazos de tramitação

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Dentre os 161 PE's, o processo de maior celeridade foi realizado em 37 dias, e o de menor celeridade realizado em 587 dias. Os números apresentam uma destoante variação de mais de 1500 %. Em avaliação individualizada por grupos, o G.3 tem se mostrado a linha de objeto com melhores resultados, tendo o processo mais demorado levado 106 dias.

À Fase 1.1 chama atenção a variação entre os grupos G.1 e G.3, que permitem algumas hipóteses para esta diferença. O momento de abertura do protocolo, ou seja, este ser aberto antes ou posteriormente ao início da instrução do caderno, pode ser um fator preponderante para a prazo (a instituição trabalhou somente com processos físicos – impressos – em 2018, o que permite o início dos trabalhos sem que haja um número de protocolo propriamente dito). Também, pela razão da instrução dos processos de aquisição serem realizados descentralizados na instituição, por diversas equipes de compra, com características individualizadas e nível de amadurecimento técnico distintos, que pode influenciar na menor ou maior eficiência.

A Fase 1.2 apresenta uma agilidade surpreendente no processo ao grupo G.3. Para a aquisição de medicamentos no Estado do Paraná é possível a utilização de minuta padrão, disponibilizada pela Procuradoria Geral do Estado - PGE. Deste modo, fica dispensada a manifestação jurídica para a minuta do edital (PARANÁ, 2015; PARANÁ, 2016), o que explica a agilidade na publicação do edital. Em contrapartida, este é indício que há particular morosidade para emissão de manifestação jurídica nos demais processos.

A Fase 2.1 há prazos relativamente menores se comparados às Fases 1.1 e 1.2, até certo ponto surpreendente, já que a fase externa da licitação está atrelada a prazos estabelecidos na legislação que devem ser respeitados pelo pregoeiro: mínimo de oito dias úteis entre a publicação e abertura de propostas (PARANÁ, 2007); 24 horas úteis entre “declarar vencedor” e “adjudicar” o objeto em favor do vencedor; havendo intenção de recurso administrativo, é cedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, e igual prazo para apresentação de contrarrazões, tendo ainda a necessidade de reavaliação pela equipe técnica da unidade administrativa que solicitou o objeto, se o pregoeiro entender pertinente.

Para a média individualizada por grupo de objeto analisado, o grupo G.3

Medicamentos apresenta os melhores dados gerais. As Fases 1.1 e 1.2 apresentaram valores muito inferiores aos demais grupos. Essa pode ser uma indicação da qualidade da instrução do caderno de licitação pela equipe responsável para esse objeto, associada à desnecessária manifestação jurídica, em se utilizando de minuta padrão.

A média geral entre abertura de protocolo e homologação, considerando os 161 processos analisados, se manteve em aproximadamente 165 dias, que representa mais de 05 meses (mediana). Prazos relativamente altos se comparados a outros estudos na área, como de Bona (2015) com 94,29 dias úteis no ano de 2014, e de Almeida e Sano (2017) com 124,3 dias no ano de 2014. No entanto, ao comparar somente a Fase 2.1 Externa, temos na média da SESA de 44,9 dias um resultado satisfatório, abaixo da média geral. O trabalho de Bona (2015) apresenta fase externa de 50,16 dias úteis, Almeida e Sano (2017) de 47,6 dias, e Alves-Andrade, Guarido Filho e Eberle (2017) de 42 dias (somente até a adjudicação – anterior a homologação). Em consequência, conclui-se que a fase interna das licitações para Pregão Eletrônico está acima dos prazos médios indicados em outros estudos, e sendo a etapa que está causando maiores prejuízos à celeridade.

Também foi possível estabelecer o fluxograma do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico na instituição, a partir do rastreio do número do protocolo individual de cada processo no sistema “e-Protocolo”, também. O mapeamento foi detalhado desde o início da instrução do processo de compra até a emissão de Nota de Empenho e/ou Contrato. Após essas etapas, há ainda os passos relativos a entrega, avaliação de conformidade, certificação e pagamento, não detalhados neste estudo.

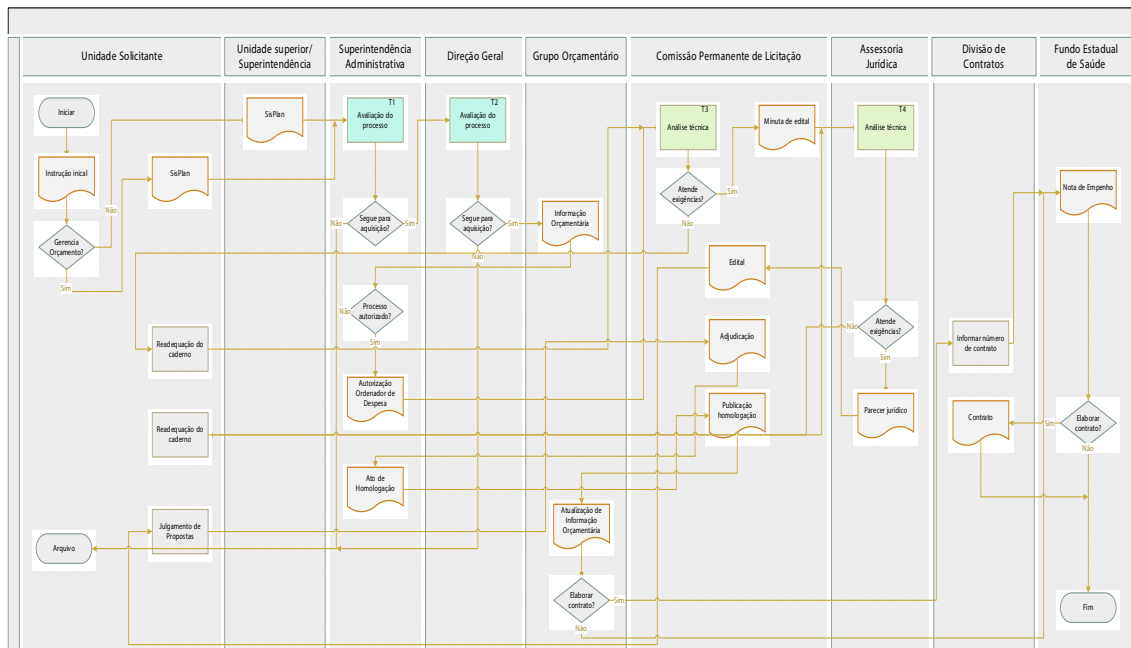


Figura 01 – Fluxograma Pregão Eletrônico

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A representação gráfica do andamento do processo demonstra a complexidade e dificuldade de manutenção da celeridade, mediante as diversas instâncias internas da instituição. Não obstante, permite identificar possíveis *gaps* ao andamento. Foi identificado que o caderno de instrução passa por avaliação do mérito da aquisição nos pontos T1 e T2, e avaliação técnica nos pontos T3 e T4. Ao que indica uma redundância de ações, pode estar ocorrendo pela insegurança e/ou baixa qualidade da instrução dos processos, pela ausência de sistema informatizado que permita a alta administração ter conhecimento dos processos sem acesso físico aos mesmos, ou ainda pela inexistência de um Plano Anual de Aquisições na instituição.

3.2 Identificação de determinantes à celeridade

Identificado a fase interna do processo de licitação como o maior obstáculo à celeridade, passou-se a identificar as possíveis causas. O questionário aplicado buscou especialmente os aspectos relevantes à fase interna. No entanto, buscando alternativas para também melhorar o desempenho da fase externa, foi aberto questão aos pregoeiros para que pudessem elucidar sua percepção.

Complementarmente, antes da argumentação quanto aos limitantes à celeridade em si, se oportunizou clarificar o momento de abertura do número de protocolo aos processos de aquisição. A pergunta 1 do questionário aplicado foi direcionada a identificar se as unidades

realizam ações específicas ao processo de compras antes do início formal do protocolo. Os resultados demonstram que 67% dos respondentes somente abrem o protocolo (criação de número) quando este será encaminhado para outra unidade, 16% logo que se identifica a necessidade de aquisição, e 17% sem momento definido. Isso significa que há uma lacuna temporal não contabilizada na média geral de tempo dos processos de compra.

Esse prazo dificilmente se consegue aferir com precisão *a posteriori*, já que o tempo de duração da instrução do caderno é influenciado por características do objeto, quantidade de itens, características do mercado, complexidade do Termo de Referência, etc. Recomenda-se que as unidades administrativas de compra abram número de protocolo específico concomitante ao início à realização dos atos específicos à aquisição.

As questões subsequentes, 2 e 3 do questionário, se propuseram a identificar os limitantes à celeridade sob a percepção de colaboradores da instituição. Na pergunta 2 do questionário, foram apresentadas oito possíveis causas que impactam negativamente a celeridade à fase interna, na perspectiva dos colaboradores que atuam em alguma etapa dos processos de aquisição, sendo graduadas a importância conforme Quadro 01. Os resultados foram tabulados e apresentados graficamente através do Diagrama de Pareto. Esse histograma direciona os esforços para os problemas mais importantes, onde mediante um diagrama de barras verticais, é possível mensurar os efeitos que uma ação pode causar, conhecer quais problemas são mais graves e ordenar aqueles que devem ser resolvidos primeiro (CHIAVENATO, 2006).

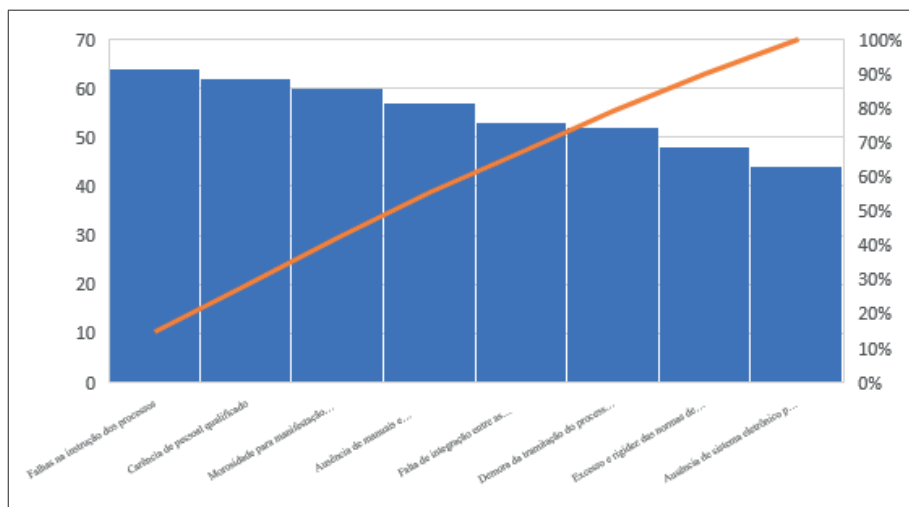


Figura 02 – Percepção de limitadores a celeridade

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Da análise do diagrama, é possível identificar que “falhas na instrução do processo”, “carência de pessoal qualificado” e “morosidade na manifestação jurídica” correspondem às causas mais percebidas como limitadores à celeridade nas aquisições por pregão eletrônico. Logo, seguindo o princípio de Pareto, os esforços devem ser inicialmente concentrados em soluções a essas duas limitações.

Os dois primeiros itens identificados, “falhas na instrução do processo” e “carência de pessoal qualificado”, podem ser analisados de forma conjunta, já que o primeiro possivelmente seja consequência do segundo. Ao item “morosidade na manifestação jurídica”, o resultado vai ao encontro do indicado na Tabela 02, que indica a Fase 1.2 como a mais demorada na realização de processo de pregão eletrônico, com média de 67,3 dias. Se desconsiderado o objeto medicamentos – minuta padrão – a média à Fase 1.2 supera 80 dias.

A pergunta 3, direcionada exclusivamente a pregoeiros, possibilitou a apresentação de indicações que contribuem para a celeridade à fase externa (Fase 2.1). Os resultados apresentados na Figura 04 reforçam pela carência de treinamento aos colaboradores, tanto pregoeiros quanto os emitentes de manifestação técnica do produto ofertado pelos arrematantes.

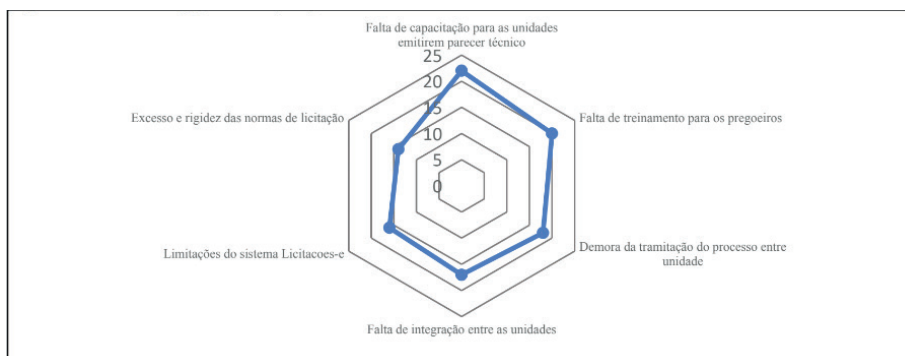


Figura 03 – Percepção dos pregoeiros

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Cabem maiores esforços para diagnosticar as necessidades de qualificação e preparar um plano de capacitação aos colaboradores (em todas as fases). A redução de falhas na instrução do caderno de licitação tende a acelerar a etapa de manifestação jurídica, já que haverá menor quantidade de vícios a serem sanados. Ainda assim, convém investigação com maior profundidade quanto a possíveis limitantes operacionais da Assessoria Jurídica da instituição.

4 | CONCLUSÕES

A partir da pesquisa foi possível alcançar ao objetivo almejado. Os resultados indicam deficiências na condução dos procedimentos para instrução dos processos de compra na modalidade Pregão Eletrônico. O tempo médio de 165 dias entre o início da instrução do processo de compra e homologação se mostra alto, se comparado a outros estudos semelhantes.

Os principais obstáculos à celeridade identificados foram “falhas na instrução dos processos”, “carência de pessoal qualificado” e “morosidade na manifestação jurídica”. Os resultados induzem a uma a uma carência de treinamento os colaboradores que atuam na instrução dos cadernos de licitação.

O estudo ajuda a preencher uma lacuna de conhecimento e fortalecer o entendimento pela necessidade de termos ações pautadas em dados e informações.

Não se pode desconsiderar que o estudo, em especial aos aspectos limitantes à celeridade, se pautou na percepção dos colaboradores, o que pode acarretar desvios em consequência de respostas concebidas a partir de pré-conceitos estabelecidos. Ou limitante a ser considerado é o temporal, já que a pesquisa se pautou em licitações de apenas um exercício.

Nessa lógica, a identificação da celeridade dos processos licitatórios em exercícios distintos pode trazer resultados díspares, sendo pertinente para estudos futuros. Ainda, uma análise das questões que limitam a celeridade de modo departamentalizado, podendo apontar por necessidades e intervenções específicas para readequações para cada setor, também se mostra relevante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandro Anibal Martins de; SANO, Hironobu. **Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 89-106, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100089&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612164213>.

ALVES-ANDRADE, F.; GUARIDO FILHO, E. R.; EBERLE, V. **Pregão Eletrônico como Mito Racional: Análise dos Processos Licitatórios do Banco do Brasil. Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 233-274, 2017.

BONA, Caroline Pereira. **Pregão eletrônico e o princípio da eficiência: um estudo de caso da comissão permanente de licitações de materiais da Prefeitura do Recife**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade Federal de Pernambuco.

BRASIL. Decreto n. 3.555, de 08 de agosto de 2000. **Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns**. *Diário Oficial da União*, 09 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3555.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005. **Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, 01 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARANÁ. Lei n. 15.608, de 16 de agosto de 2007. **Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.** *Diário Oficial*, 16 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=5844&codItemAto=39755#39755>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Decreto Estadual n. 3.203, de 22 de dezembro de 2015. **Instituição do sistema de minuta padronizada de editais de licitação, de contratos, de convênios, de termos aditivos e de termos de referência, que serão de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta.** *Diário Oficial*, 22 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=151249&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Estadual de Saúde do Paraná 2016-2019.** Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3251>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Procuradoria Geral do Estado. **Resolução n. 41, de 23 de março de 2016. Regulamenta a implantação e operacionalização do sistema de minutas padronizadas de editais de licitação, de contratos, de convênios e seus congêneres, de termos aditivos e de termos de referência, instituído pelo Decreto Estadual no 3.203, de 22 de dezembro de 2015.** Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAictsos=287&anoSpan=2019&anoSelecionado=2016&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Decreto n. 4.993, de 31 de agosto de 2016. **Regulamenta a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, para a elaboração de termos de referência e de contratos para aquisição de bens e prestação de serviços pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta.** Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=161593&codItemAto=1000365>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. **A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil.** Rap: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 1, n. 45, p.107-139, fev. 2011. Bimestral.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 9, 294, 297, 308, 309, 310, 311, 312, 316, 317

Acurácia dos dados 103, 144

Agricultura Familiar 9, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 311, 313

Aprendizagem 7, 8, 73, 79, 92, 116, 123, 158, 163, 168, 169, 170, 171, 179, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 238, 265, 266, 267, 268, 276, 277, 279, 291

Avaliação Externa 7, 186, 188, 189, 190, 191, 192

B

Benefícios Previdenciários 8, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262

Bibliométrico 121, 280, 291

Branding 16, 17, 30, 31, 32, 36, 41, 42, 43

Burocracia 8, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 239, 277

C

Capacitação 7, 170, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 200, 250, 269, 270, 271, 272, 273, 274

Celeridade 8, 240, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 269, 278

Cluster 7, 231, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292

Competência 19, 32, 89, 95, 98, 104, 198, 202, 208, 212, 216, 227, 271, 272, 275

Competitividade 64, 86, 89, 94, 98, 115, 116, 122, 129, 150, 174, 180, 192, 280, 281, 282, 287, 289, 291, 293, 294, 297, 298, 305

Conhecimento 5, 7, 8, 16, 19, 32, 42, 53, 57, 60, 63, 67, 79, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 153, 154, 178, 180, 182, 184, 186, 191, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 248, 251, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 290, 309, 316

Consumo de Vestuário 1, 10

Contabilidade 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 119, 146, 147, 148, 270, 273, 283, 291

D

Deral 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307, 308

Desenvolvimento 6, 7, 8, 4, 20, 25, 26, 27, 45, 46, 49, 52, 55, 57, 60, 61, 64, 65, 66, 69, 72, 74, 75, 77, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 99, 100, 101, 105, 115, 116, 117, 121, 122,

123, 124, 126, 150, 154, 155, 172, 176, 178, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 222, 227, 230, 232, 238, 240, 251, 259, 267, 271, 272, 273, 274, 278, 281, 282, 283, 288, 291, 292, 295, 300, 307, 308, 312, 317

Design Gráfico 30

Desigualdade 8, 225, 226, 230, 233, 236, 238, 239, 263, 264

DNA Corporativo 6, 30

Docência 198, 199, 200, 204, 205, 208, 209

E

Economia 8, 9, 31, 34, 45, 50, 72, 79, 80, 85, 87, 100, 119, 129, 131, 132, 164, 253, 254, 255, 256, 260, 263, 264, 271, 290, 291, 293, 294, 296, 297, 298, 302, 306, 307, 308, 311, 316

Eficiência 8, 45, 66, 71, 91, 92, 93, 103, 112, 124, 133, 135, 139, 141, 145, 152, 161, 163, 211, 212, 228, 240, 241, 242, 246, 251, 270, 282, 311

Empoderamento 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 155, 173

Empreendedorismo 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 170, 172, 173, 174, 176, 179, 183, 185, 281

Empreendedorismo Feminino 149, 150, 151, 154, 155, 172, 173, 174

Empresa 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 151, 156, 157, 161, 163, 169, 172, 173, 176, 180, 181, 184, 267, 290, 310, 311

Empresas 6, 12, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 42, 44, 56, 57, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 119, 121, 122, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 144, 145, 146, 147, 152, 156, 157, 163, 171, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 222, 223, 255, 267, 279, 281, 282, 283, 286, 291, 296

Estratégias 5, 6, 12, 16, 17, 25, 30, 31, 36, 40, 42, 52, 56, 63, 64, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 92, 94, 97, 99, 101, 103, 115, 118, 122, 123, 134, 173, 179, 184, 186, 187, 190, 191, 192, 195, 200, 201, 205, 206, 208, 264, 266, 282, 308, 313

G

Gênero 29, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 201, 215, 221, 262

Gestão de Pessoas 6, 86, 88, 89, 95, 99, 101, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 272

Gestão de Processos 265, 267, 275

H

Habilidades 8, 82, 90, 93, 96, 97, 117, 122, 123, 124, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 206, 208, 271, 272, 273

Hortigranjeiros 310, 311, 312, 314

I

Inovação 6, 66, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 152, 153, 155, 173, 174, 181, 198, 200, 208, 213, 242, 275, 279, 280, 282, 287, 288, 289, 290, 291

Instituição 51, 88, 117, 201, 207, 211, 217, 220, 221, 222, 233, 238, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 255, 309, 310, 311, 313, 316

Invisibilidade 6, 44, 45, 53

M

Marketing 2, 5, 6, 2, 12, 14, 15, 32, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 125, 179, 180, 184, 185, 223, 224, 290

Metáfora Contextual 6, 16, 17, 18, 19, 27, 28

Metodologia 6, 5, 16, 19, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 45, 95, 101, 105, 155, 182, 183, 187, 202, 206, 211, 215, 224, 252, 256, 267, 269, 273, 279, 280, 283, 285, 289, 297, 307

Mídias Sociais 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 72, 73

N

Negro(A) 44, 46, 53

P

Perfil do empreendedor 149, 151, 157, 158, 162, 163, 172

Pregão Eletrônico 8, 240, 242, 244, 247, 248, 250, 251

Publicidade 16, 17, 19, 26, 27, 28, 44, 52, 53, 54, 63, 71, 72

R

Recursos Financeiros para a Saúde 102

Rendimento Escolar 48, 236, 238

S





Slow Fashion 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

T

Treinamento 41, 66, 67, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 117, 122, 123, 124, 250, 251, 267, 270, 271, 272, 274, 275

U

Universidade 8, 1, 16, 28, 29, 54, 55, 86, 101, 102, 115, 121, 128, 149, 155, 172, 178, 185, 197, 198, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 221, 224, 240, 251, 253, 264, 280, 293, 307, 308, 309, 317, 318

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS